BE NEWS

QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2022 | ANO 1 | Nº 187 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO

FIOL II TCU determina que Valec entregue soluções para problemas ▸**p3**

META BE Moegão é necessário para atender aumento de carga em Paranaguá ▸**p6**

ESPÍRITO SANTO Concessionária assume portos de Vitória e Barra do Riacho ▸**p7**

ELEIÇÕES 2022

Logística, transportes, comércio exterior: o que pensam os candidatos a governador da Paraíba

BE News abre série especial sobre eleições com as propostas dos postulantes ao cargo para esses setores registradas no TSE ▸**p4**

EDITORIAL

Jornada da desestatização

O processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), responsável pela gestão dos portos de Vitória (ES) e Barra do Riacho (ES), foi concluído na última terça-feira, dia 20. Nessa data, o Ministério da Infraestrutura (Minfra) e a Codesa, agora sob administração privada da Quadra Capital, assinaram o contrato de concessão dos dois complexos marítimos, repassando-os à companhia. Foi o último capítulo de uma jornada oficialmente iniciada em 30 de março deste ano, quando a Quadra Capital venceu o leilão de privatização. Com isso, obteve o direito de comprar as ações da empresa portuária.

Conforme o edital de desestatização, o contrato é de 35 anos, prorrogável por mais cinco. Nesse período, a nova Codesa terá de investir R$ 850 milhões nos dois portos, sendo R$ 335 milhões nas suas ampliações. A União receberá repasses fixos anuais no valor de R$ 24,75 milhões e contribuições variáveis anuais equivalentes a 7,5% da receita. Além disso, a empresa terá que recolher uma taxa anual de fiscalização à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no valor de R$ 3,188 milhões.

Com este feito, a história da infraestrutura portuária brasileira dá início a um novo capítulo, com um de seus complexos marítimos sendo privatizados - o que deve ocorrer com outros portos. Itajaí (SC) e São Sebastião (SP) serão os próximos, com Santos aguardando na fila e devendo ter seu leilão realizado no final do ano, segundo projeção do Minfra.

Para o Governo, este é o melhor caminho a ser criado por seus portos, viabilizando os investimentos necessários a seu desenvolvimento - o Governo não tem recursos para tais ações - e assegurando uma gestão profissional - o Governo considera que, enquanto for administrado pelo poder público, essa característica não estaria garantida, com o risco de os complexos marítimos voltarem a ser controlados por administradores colocados nesses cargos apenas pelas ligações político-partidárias, sem o conhecimento e a experiência necessária para fazer uma gestão correta.

Que as expectativas do Governo sejam atendidas e a Codesa mostre que o programa de desestatização portuária tem plenas condições de atingir seus objetivos. Que a gestão privada conduza os portos de Vitória e Barra do Riacho por um caminho de profissionalização, eficiência operacional, redução de custos e sucesso comercial. É o que o poder público deseja. É o que a economia brasileira mais precisa.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
Divulgação

▲ CAPA
4 Candidatos ao Governo da Paraíba falam sobre logística, transportes e comércio exterior

HUB
3 CDRJ e Docas do Pará são incluídos em programa de desestatização do Minfra

NACIONAL
3 TCU determina que Valec entregue soluções para problemas na Fiol II

REGIÃO SUL
6 Moegão é necessário para atender aumento de carga em Paranaguá

REGIÃO SUDESTE
7 Quadra Capital assume gestão dos portos de Vitória e Barra do Riacho

REGIÃO NORDESTE
7 Ministro garante novos leilões para o Porto de Maceió

www.portalbenews.com.br

Sede
Alameda Campinas, 802, 6° andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, n° 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12
Santos, São Paulo
11075-000, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas
ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas,
escreva um e-mail para
atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News.
Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
Maurício Almeida | (11) 995540-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

NACIONAL

LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Desestatização
Mais dois complexos portuários foram incluídos no programa de desestatização do Ministério da Infraestrutura (Minfra). São eles os portos administrados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) - os do Rio de Janeiro, de Itaguaí, de Niterói e de Angra dos Reis - e os da Companhia Docas do Pará (CDP) - os de Belém, Vila do Conde e Santarém. A decisão já recebeu o aval do Programa de Parcerias de Investimento (PPI). Agora, o Minfra realizará os estudos necessários para definir os valores previstos de investimentos, o prazo dos contratos de concessão e os cronogramas dos dois leilões.

Veículos
O Porto de Itajaí (SC) recebeu, na última segunda-feira, o navio ro-ro California Highway, para a descarga de 688 veículos importados. Foram 129 unidades da montadora alemã BMW e 559 da General Motors. A operação foi realizada no berço 3 do cais público. De lá, os carros foram levados para os pátios da ValePort e do Recinto Alfandegado Contíguo (RAC), onde são vistoriados. Na sequência, são embarcados em cegonheiras e levados a outras cidades do País. O complexo catarinense tem recebido lotes de veículos mensalmente. Esta foi a sétima escala com esse tipo de carga. Nessas sete operações, já foram descarregados 4.213 veículos.

Tribunal de Justiça
O promotor de Justiça Fernando Akaoui foi nomeado como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). A portaria com sua nomeação foi publicada na noite da última terça-feira, no Diário Oficial do Estado. Akaoui assume uma das vagas de desembargador reservadas a membro do Ministério Público e da advocacia (parcela denominada quinto constitucional). Com 27 anos de carreira como promotor, ele teve seu nome selecionado pelo Conselho Superior do Ministério Público, pelo próprio TJ e, por fim, pelo governador Rodrigo Garcia, que é o responsável pela nomeação. Esta foi a primeira vez que um promotor de fora de São Paulo (SP) - ele atuava na região de Santos (SP) - foi escolhido para essa vaga pelo quinto constitucional do MP.

TCU determina que Valec entregue soluções para problemas na Fiol II

Principais problemas estão na precificação de serviços e na qualidade dos dormentes instalados ao longo do lote 7F

Divulgação/Minfra

A expectativa do governo é que a licitação da Fiol II aconteça no próximo ano

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem que a Valec apresente soluções para problemas encontrados durante fiscalização nas obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol II).

As fiscalizações fazem parte do Fiscobras 2022 — plano de fiscalização anual que engloba um conjunto de ações de controle do TCU para verificar o processo de execução de obras públicas financiadas total ou parcialmente com recursos da União.

Segundo o tribunal, desde 2009, a Valec vem utilizando critérios errados para precificar a realização de serviços. Os erros aconteceram no cálculo de custos de execução e transporte da chamada "camada drenante de rachão" — película de pedras colocadas para enxugar águas em pequena profundidade e que o volume não possa ser drenado por tubos feitos em polietileno.

O acórdão coloca que, "de acordo com a forma de medição adotada, para executar 1 m³ de camada drenante, seriam necessários 1,6160 m³ de rachão transportado por caminhão, o que não condiz com as composições de referência nem com as da proposta da contratada". Dessa forma, até abril de 2022, a Valec pagou mais de R$ 14 milhões para que os serviços fossem executados.

Outra constatação feita foi de que houve deficiência no controle de qualidade e presença de fissura nos "dormentes monobloco de concreto protendido" — utilizados como suportes dos trilhos nos aparelhos de mudança de via (AMVs), melhorando muito o desempenho desses equipamentos.

Também foi verificado divergências entre o processo de testes de controle realizados nos dormentes. Para se ter uma ideia, o custo de fornecimento e assentamento de dormentes é superior a R$ 100 milhões, o que corresponde a aproximadamente 15% do contrato firmado para construção do trecho.

Quanto à precificação errada, a Valec informou ao tribunal que já notificou os fiscais responsáveis pelo Lote 7F para não realizar medições considerando os cálculos de precificação. Também que irá instaurar processo administrativo para reaver o débito.

Sobre os dormentes fissurados, a Valec afirmou que notificou o consórcio construtor sobre a situação, "estando em tratativas as ações para recuperação de dormentes, consoante normativo vigente da Valec, bem como que demandou à supervisora a realização de levantamento minucioso com a finalidade de analisar a extensão e recorrência de dormentes danificados, o que já foi concluído".

As respostas foram acatadas pelo TCU que determinou que a estatal apresente em 30 dias soluções para reaver os débitos e o resultado da averiguação da presença de dormentes fissurados.

Lotes 5F e 6F
O tribunal também analisou outros dois trechos da Fiol. Trata-se dos lotes 5F e 6F. No primeiro, foi constatado que o "avanço físico da obra é considerado o mesmo do avanço financeiro" (cerca de 60%).

Contudo, o TCU observou que há trechos com impedimentos "em razão de reivindicação da demarcação de área quilombola e da proximidade com a barragem de Ceraíma".

Sobre o primeiro impedimento, a estatal informou que vem tratando do assunto junto à Procuradoria Federal e à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal. Sobre a barragem, a Valec vem tratando da liberação das obras junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf),

Já no lote 6F, o tribunal informou que os trabalhos de fiscalização foram limitados. Isso porque houve paralisação das atividades nas obras por sete meses devido a uma decisão judicial contra a Valec. A estatal está sendo acusada pelas empresas Constran SA - Construções e Comércio e SA Paulista Construções e Comércio por supostos valores não pagos após o encerramento em 2010.

Contudo, a equipe de fiscalização registrou os mesmos achados constatados na fiscalização anterior, Fiscobras 2021. Entre eles, "levantamentos insuficientes para a caracterização da Jazida Jaborandi; sondagens insuficientes para a caracterização de materiais de 3ª categoria; e falta de aprofundamento em pontos sensíveis já identificados pela Valec". Com isso, o processo foi anexado à fiscalização anterior.

ESPECIAL ELEIÇÕES

Candidatos ao Governo da Paraíba falam sobre logística, transportes e comércio exterior

BE News abre série com as propostas dos postulantes a governador para esses setores registradas no site do TSE

ELEIÇÕES 2022

Divulgação

A Paraíba conta com um porto, de Cabedelo, que permite a integração dos modais marítimo, ferroviário e rodoviário

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O BE News inicia hoje uma série especial que reúne as propostas dos candidatos aos governos estaduais relacionadas aos segmentos de logística, infraestrutura de transportes e comércio exterior, registradas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nesta edição foram reunidas as sugestões dos candidatos ao governo da Paraíba (PB), localizada na região Nordeste do País. O Estado tem oito candidatos na disputa eleitoral: Adjany Simplício (PSOL), Adriano Trajano (PCO), Antônio Nascimento (PSTU), João Azevêdo (PSB), Major Fábio (PRTB), Nilvan Ferreira (PL), Pedro Cunha Lima (PSDB), e Veneziano Vital do Rêgo (MDB). A votação acontece no dia 2 de outubro.

O Estado tem uma população que ultrapassa 4 milhões de habitantes, segundo estimativa divulgada em agosto do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa um crescimento de 0,5% na comparação com a população estimada em 2020, alta de 20,6 mil habitantes.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-PB) para 2022 é de um acréscimo de 4%, a maior do país. Entre as razões estão o crescimento dos investimentos com recursos próprios, a atração de grandes empresas e o fortalecimento da indústria. O PIB do Estado em 2021, segundo o IBGE, foi de R$ 68 bilhões.

O Estado conta com um porto, de Cabedelo, instalado na margem do estuário do Rio Paraíba do Norte e administrado pela Companhia Docas da Paraíba (Docas-PB). O complexo permite integração dos modais marítimo, ferroviário e rodoviário.

Em relação ao transporte por trens, o Porto de Cabedelo conta com a Companhia Ferroviária Transnordestina, com 4.238 km de extensão de malha ferroviária que passa pelos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, além de Estados de outras regiões.

O terminal portuário paraibano também tem à sua porta a rodovia federal BR-230 (distante 18 km do Porto), que é integrada à BR-101, permitindo a interligação com toda a malha rodoviária federal do país e acesso a grandes centros, como Recife (120 km) e Natal (185 km).

Em relação a obras no modal rodoviário que possam impactar a logística, há anos se estuda a duplicação da BR-230, considerada importante corredor para o escoamento de cargas e um dos principais acessos ao Porto de Cabedelo.

Confira no quadro as propostas dos oito candidatos relacionadas aos segmentos citados no texto.

ADJANY SIMPLICIO

Divulgação/TSE

Número: 50
Partido: PSOL
Coligação: Direito ao Futuro
PROPOSTAS
Logística:
Não tem
Infraestrutura de transportes:
Não tem
Comércio exterior:
Não tem

ADRIANO TRAJANO

Divulgação/TSE

Número: 29
Partido: PCO
Coligação: Sem coligação
PROPOSTAS
Logística:
Não tem
Infraestrutura de transportes:
Não tem
Comércio exterior:
Não tem

ESPECIAL ELEIÇÕES

JOÃO AZEVEDO (REELEIÇÃO)

Divulgação/TSE

Número: 40
Partido: PSB
Coligação: Juntos pela Paraíba
PROPOSTAS
Logística: Estimular a Indústria Paraibana no aumento do seu potencial de estrutura (áreas, insumos, infraestrutura e outros) e de logística (rodovias, porto, ferrovias, entre outros); Estabelecer políticas de incentivo ao desenvolvimento de cadeia produtiva de produtos derivados da atividade minerária no território paraibano, de forma sustentável; Incentivar a indução de investimentos industriais em regiões de menores IDH da Paraíba; Expandir a rede de gás no estado.
Infraestrutura de transportes: Expandir as ligações regionais e intermunicipais através da construção de novas estradas e a manutenção de qualidade; Ampliar os investimentos na infraestrutura viária do estado, especialmente na interligação entre as quatorze microrregiões e na diminuição das distâncias entre municípios de pequeno e médio portes.
Comércio exterior: Implantar Terminal de Múltiplos Usos no Complexo Portuário de Cabedelo; Realizar manutenção do canal de acesso e da bacia de evolução do Porto de Cabedelo para segurança da navegabilidade e garantia de competitividade; Priorizar a implantação e o desenvolvimento dos polos de produção agrícola irrigada de baixo carbono e de grãos estratégicos, preferencialmente integradas a empreendimento agroindustriais gerando maior competitividade das cadeias produtivas locais nos mercados nacional e internacional; Implantar e interiorizar os Polos de Inovação e Competitividade Industrial, incentivando a produtividade sustentável através da inovação em processos, produtos e gestão dos segmentos industriais favorecendo a expansão dos negócios nos mercados regional, nacional e internacional; Fortalecer ações para a contínua melhoraria do ambiente de negócios na Paraíba; Criar ambiente favorável para a incorporação de novos mercados facilitando a inserção de cadeias globais de valor, expandindo a capacidade de criação e escalonamento de negócios.

ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Divulgação/TSE

Número: 16
Partido: PSTU
Coligação: Sem coligação
PROPOSTAS
Logística:
Não tem
Infraestrutura de transportes:
Não tem
Comércio exterior:
Não tem

PEDRO CUNHA LIMA

Divulgação/TSE

Número: 45
Partido: PSDB
Coligação: Coragem para mudar
PROPOSTAS
Logística: Instalação em João Pessoa (Bairro das Indústrias) de hub de distribuição logística no Nordeste, com galpões logísticos (empresas físicas e online), construídos em parceria com fundos de investimento;
Infraestrutura de transportes: Análises técnicas das produções locais atuais e projetadas, bem como o local de consumo (origem-destino), devem nortear as ações de Governo e a elaboração de projetos de infraestrutura logística da malha rodoviária do estado, como também dos modais portuário, aeroportuário e ferroviário; Na infraestrutura da malha rodoviária da Paraíba, deverá o Governo do Estado ter uma gestão capaz para realizar: amplo e efetivo programa de conservação das rodovias do estado, nos eixos estruturantes, alimentadores e integradores; Ações de continuidades das obras em andamento;Projetos e implantações de travessias urbanas de fluxo significativo; Projetos e Implantações de novas rodovias prioritárias, que favoreçam o escoamento da produção e o deslocamento de populações; Acelerar os projetos e licitações em curso; Intervenções Estruturantes: Contorno Rodoviário da área metropolitana de João Pessoa (BR-230 e BR-101); Duplicação do contorno Rodoviário Sudoeste da cidade de Campina Grande; Implantações, revitalizações e regularizações de faixas de pistas, dos aeródromo do estado da Paraíba.
Comércio exterior: não tem

ELEIÇÕES 2022

VENEZIANO VITAL

Divulgação/TSE

Número: 15
Partido: MDB
Coligação: A Paraíba tem pressa de ser feliz
PROPOSTAS
Logística:
Não tem
Infraestrutura de transportes: Compromisso com o sequenciamento da duplicação da BR-230 – Campina Grande Cajazeiras, em parceria com o governo federal; Compromisso com a duplicação da BR-104 – Campina Grande-Remígio, em parceria com o governo federal; Compromisso com a realização de estudo técnico sobre a viabilidade de implantação de mais um corredor viário em João Pessoa, saindo do centro e chegando à BR-230, próximo ao Amém.
Comércio exterior:
Não tem

MAJOR FÁBIO

Divulgação/TSE

Número: 28
Partido: PRTB
Coligação: Sem coligação
PROPOSTAS
Logística: Investir em infraestrutura que possibilite a industrialização da Paraíba através de investimentos externos (principalmente no interior, com investimento em rodovias, ferrovias, estações elétricas, redes de comunicação, etc.); Otimizar os serviços estatais, desburocratizando e barateando a abertura de novas empresas no Estado; Investimentos na Zona Portuária para fomentar aumento dos volumes de negócios por via marítima; Desenvolvimento industrial e setores de movimentação logística e participantes do setor de serviços;
Infraestrutura de transportes: Construção de rodovias, ferrovias, redes elétricas e de comunicação que possibilitem o desenvolvimento da industrialização da Paraíba;
Comércio exterior: Fortalecer a Política Portuária do Estado, como a urgente obra do Porto de Águas Profundas do Litoral Norte Paraibano.

NILVAN FERREIRA

Divulgação/TSE

Número: 22
Partido: PL
Coligação: Sem coligação
PROPOSTAS
Logística:
Não tem
Infraestrutura de transportes: Melhorar e ampliar as instalações de abastecimento e aeroportuárias, junto com o setor privado, para que o desenvolvimento do estado possa ocorrer de modo mais adequado possível; Atuar fortemente para que a Paraíba esteja devidamente atendida em termos de mobilidade e transportes;
Comércio exterior: Inverter a lógica do licenciamento. Esse processo precisa ser agilizado. Temos concessão de licenças que demoram uma eternida de e terminam atrapalhando a vida da sociedade. O governo precisa ser menos burocrático para ser mais ágil; O projeto do Porto de Águas Profundas será um marco essencial na nossa política de preparação da Paraíba para o futuro; Incentivar de forma firme e alçar a Paraíba a um dos grandes centros do setor de energias renováveis.

REGIÃO SUL

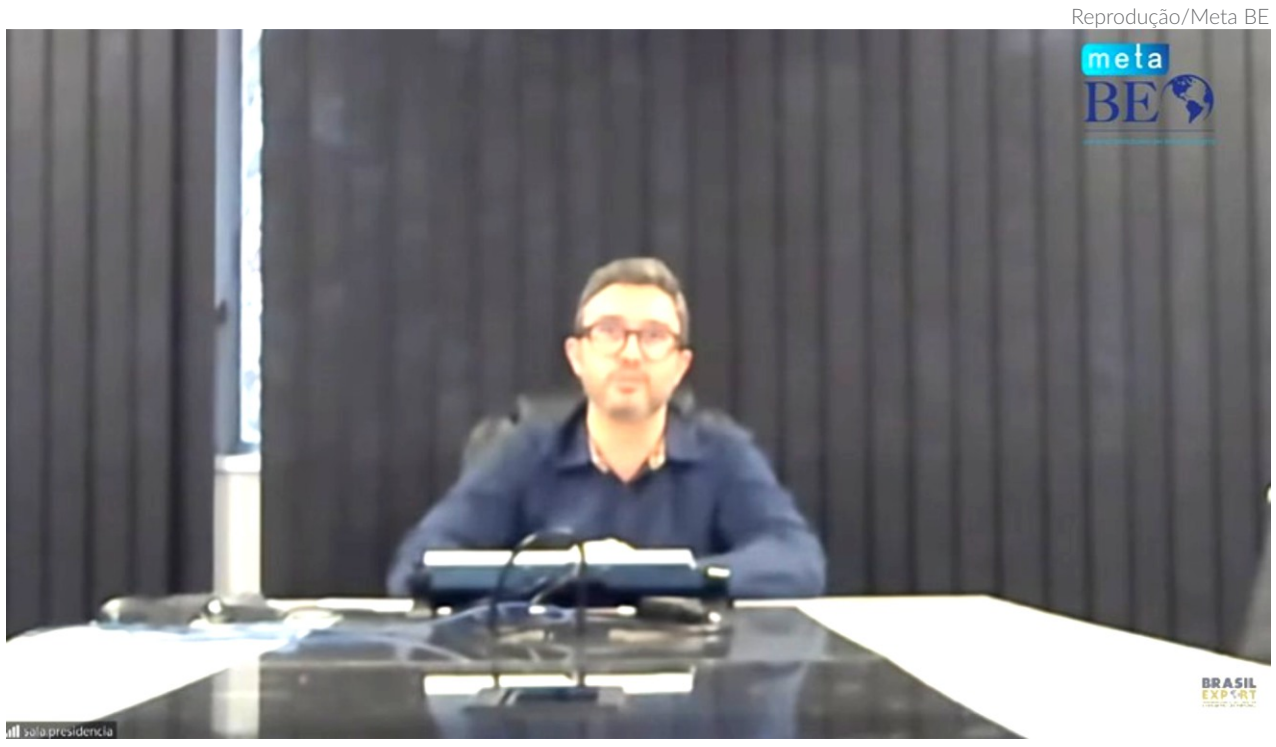
BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Moegão é necessário para atender aumento de carga em Paranaguá

Ao Meta BE, o diretor-presidente da Portos do Paraná enfatiza que oferta ferroviária deve ser maior para não impactar escoamento de produtos

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Reprodução/Meta BE



Fernando Garcia da Silva disse que o Plano Mestre do Porto de Paranaguá projeta um aumento entre 20% e 40% na movimentação de carga nos próximos 20 anos

A eficiência logística pautou o programa Meta BE, transmitido na tarde de ontem, e que contou com as participações de pelo menos dois dirigentes portuários, entre outros convidados. Entre os assuntos comentados, a expectativa sobre o projeto ferroviário Cais Leste (Moegão), em Paranaguá (PR), o embarque de frutas em pallets, no Porto de Fortaleza (CE), tornando o transporte mais ágil e com menos custo. Já em Portugal, diversos representantes do setor portuário assinaram um memorando com foco em iniciativas para tornar as operações mais eficientes.

O programa Meta BE é apresentado pelos jornalistas Bruno Merlin e Leopoldo Figueiredo, com transmissão ao vivo pelo canal do Brasil Export, no Youtube, e portal **BE News**.

Em entrevista ao Meta BE, o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, enfatizou a importância da ampliação de oferta de escoamento de produtos pelo modal ferroviário. "Nós fizemos, no ano passado, quase 60 milhões de toneladas, e somente 20% disso veio através do modal ferroviário", disse ele.

Garcia falou sobre a expectativa em relação ao projeto do Cais Leste, conhecido como "Moegão", cuja licitação está em andamento. A proposta trata da centralização da descarga ferroviária em uma moega exclusiva, com reestruturação rodoferroviária dos acessos dos terminais da região leste do Porto de Paranaguá, otimizando a capacidade de recepção de cargas nos modais rodoviário e ferroviário. "Esse é um projeto de grande porte desenvolvido por aqui", afirmou.

O representante da Autoridade Portuária comentou ainda que o Plano Mestre do Porto de Paranaguá, desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do Governo Federal, projeta um aumento entre 20% e 40% na movimentação de carga nos próximos 20 anos. "Nós entendemos que não conseguiremos atender com a qualidade que atendemos hoje se essa distribuição de participação dos dois modais continuar como é hoje", analisou.

Embarques de frutas

Já a diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC), Mayhara Chaves, falou sobre a retomada dos embarques de frutas em pallets no Porto de Fortaleza. "A gente já faz a movimentação de frutas via contêineres, mas os clientes sentiram necessidade de os produtos chegarem mais rápido. Então, aqui em Fortaleza, em atendimento a essa demanda, nós já estamos no quarto embarque de frutas em pallets", contou.

A diretora da CDC salientou ainda que os altos fretes dos contêineres impulsionaram a nova modalidade. "Isso é uma consequência do grande aumento com relação à aquisição de contêineres, o frete ficou mais alto, o que acabou viabilizando esses navios frigorificados para movimentação de frutas", afirmou Mayhara.

Portugal

Em Portugal, diversos entes do setor portuário, incluindo a Administração dos Portos de Douro e Leixões SA (APDL), assinaram um memorando visando o aumento da eficiência nas operações de carga, segundo o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira. "Vários agentes assinaram, como a Agepor - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal e o TCL – Terminal de Contêineres de Leixões", disse Sobreira.

Fips

Já a chefe da Procuradoria Jurídica da Valec, Thaís Araripe Dias, comentou sobre processos jurídicos inovadores que simplificam e facilitam concessões ferroviárias, e citou como exemplo o contrato de cessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). "Esse desenho jurídico permite e possibilita uma associação entre todos aqueles operadores interessados", explicou.

A íntegra do programa Meta BE pode ser conferida no canal do Brasil Export, no Youtube.

A diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC), Mayhara Chaves, falou sobre a retomada dos embarques de frutas em pallets no Porto de Fortaleza

Reprodução/Meta BE

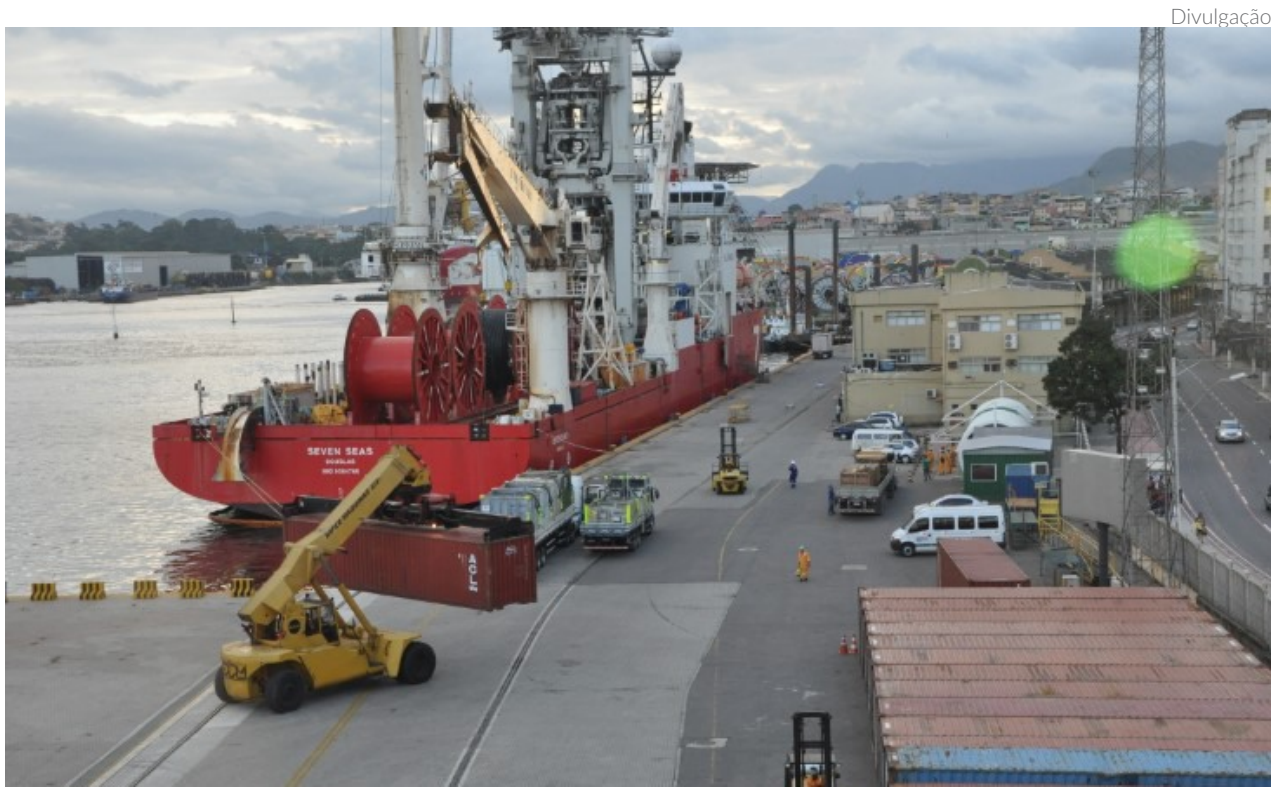
REGIÃO SUDESTE

Quadra Capital assume gestão dos portos de Vitória e Barra do Riacho

Assinatura do contrato de concessão conclui o processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Divulgação



O contrato de concessão dos portos de Vitória e Barra do Riacho é de 35 anos, prorrogável por mais cinco

A EMPRESA ADQUIRIU AS AÇÕES DA CODESA POR R$ 326 MILHÕES E TERÁ QUE INVESTIR R$ 850 MILHÕES, SENDO R$ 335 MILHÕES NA AMPLIAÇÃO DOS PORTOS

A Quadra Capital é a nova concessionária dos portos de Vitória e Barra do Riacho. A empresa e o Ministério da Infraestrutura assinaram o contrato na última terça-feira e, com isso, está concluído o processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

No último dia 5, a vencedora do leilão já havia formalizado a compra das ações da Codesa, assinando o contrato, junto com o Ministério da Infraestrutura, no Cais Comercial de Vitória. Agora, com a documentação formalizada, a Quadra Capital é proprietária da companhia docas e concessionária dos dois portos.

Conforme o edital de desestatização, o contrato é de 35 anos, prorrogável por mais cinco. A empresa assume o compromisso de adquirir as ações da Codesa por R$ 326 milhões e investir R$ 850 milhões, sendo R$ 335 milhões na ampliação dos portos de Vitória e Barra do Riacho. A União receberá repasses fixos anuais no valor de R$ 24,75 milhões e contribuições variáveis anuais equivalentes a 7,5% da receita. Além disso, terá que recolher uma taxa anual de fiscalização à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no valor de R$ 3,188 milhões.

O Ministério da Infraestrutura confirmou a conclusão do processo de desestatização da Codesa e informou que, a partir de agora, o contrato de concessão dos portos segue sob fiscalização da Antaq.

Além disso, de acordo com a pasta, a denominação Companhia Docas do Espírito Santo será mantida, conforme consta no contrato de compra e venda.

Entretanto, o site oficial já apresenta um novo layout com o nome comercial Porto de Vitória: Codesa - Autoridade Portuária. As informações institucionais da nova companhia portuária privada bem como o organograma e os nomes do presidente e dos novos diretores ainda não estão disponíveis no site.

Procurada, a assessoria de Imprensa da Quadra Capital informou que, por enquanto, a companhia não divulgará detalhes sobre a transição do regime público para o privado e nem confirmou se o novo presidente, Ilson Hulle, já assumiu o cargo e suas atribuições administrativas.

Hulle foi anunciado como o próximo presidente da Codesa no dia 23 de agosto. Ele é ex-diretor de Terminais da Log-In, operadora de carga de grande porte com terminal instalado em Vila Velha, também no Espírito Santo.

A reportagem também tentou obter mais informações junto à assessoria de Imprensa da Codesa, que apenas confirmou a data da assinatura do contrato de concessão dos portos.

Primeira privatização

A Codesa é a primeira empresa portuária a ser privatizada no Brasil, deixando de ser pública após 116 anos. O Fundo de Investimentos Multiestratégia Shelf 119, da Quadra Capital, arrematou a companhia com oferta de R$ 106 milhões, em leilão realizado no dia 30 de março, na Bolsa de Valores de São Paulo – B3.

REGIÃO NORDESTE

Ministro garante novos leilões para o Porto de Maceió

Marcelo Sampaio realizou vistoria nos terminais portuários e aeroporto da capital alagoanaa

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Divulgação

Entre 2020 e 2021, o complexo portuário de Maceió recebeu investimentos de cerca de R$ 86,8 milhões com os leilões dos terminais MAC 13 e MAC 10

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, garantiu, sem especificar, o leilão de quatro áreas localizadas no Porto de Maceió (AL) ainda este ano, o que trará investimentos necessários para a ampliação das operações realizadas pelo complexo, segundo ele.

Sampaio esteve na cidade ontem para vistoriar os trabalhos em andamento em dois terminais portuários e também no Aeroporto Internacional de Maceió, todos leiloados durante a gestão atual do Governo Federal.

Entre 2020 e 2021, o complexo portuário de Maceió recebeu investimentos de cerca de R$86,8 milhões com os leilões dos terminais MAC 13 e MAC 10, destinados a movimentar e armazenar granel vegetal, principalmente açúcar, e de carga líquida, respectivamente.

O primeiro ativo a ser leiloado foi o MAC 10, em dezembro de 2020. Quem venceu o leilão foi a empresa Timac Agroindústria e Comércio de Fertilizantes, com o lance de R$ 50 mil. A empresa é uma multinacional francesa que fabrica e comercializa fertilizantes de alta tecnologia. O investimento feito pela companhia em obras no porto é de R$ 12,7 milhões. O MAC10 é destinado à movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico.

Já o leilão do MAC13 ocorreu em novembro do ano passado e teve a Empresa Alagoana de Terminais Ltda (EMPAT) como vencedora. O terminal foi arrendado por R$15 mil, com contrato de operação por 25 anos. O equipamento é destinado a movimentação e armazenamento de granel vegetal, principalmente de açúcar. Os investimentos na modernização da área são de R$ 57,8 milhões.

Ainda estão em processo de arrendamento os terminais MAC 12, MAC 11 e MAC 14.

Aeroporto

Marcelo visitou também as obras que estão sendo feitas no Aeroporto Internacional de Maceió pela empresa espanhola Aena Desarrollo Internacional, ganhadora do leilão do ativo, em março de 2019. Além dele, a companhia arrematou outros seis aeroportos do Nordeste que faziam parte do Bloco Norte.

O ministro afirmou que o empreendimento já conta com R$ 106 milhões de investimentos em execução e receberá mais R$ 400 milhões durante os próximos 30 anos de contrato.

O Aeroporto Internacional de Maceió tem capacidade para receber 5,32 milhões de passageiros por ano.